



## CONSULTA

A Câmara de Vereadores de Nova Andradina submete a análise da Diretoria Jurídica projeto de lei ordinária n. 21/2023, de autoria parlamentar, que institui no âmbito do Poder Executivo o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

## PARECER n. 416/2022

### CONSTITUCIONALIDADE FORMAL

*O **processo legislativo**, compreendido o conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção e veto) realizado para a formação das leis, é objeto de minuciosa previsão na Constituição Federal, para que se constitua em meio garantidor da independência e harmonia dos Poderes.<sup>1</sup>*

*O desrespeito às normas do processo legislativo, cujas linhas mestras estão traçadas na Constituição da República, conduz à inconstitucionalidade formal do ato produzido, que poderá sofrer o controle repressivo, difuso ou concentrado, por parte do Poder Judiciário.<sup>2</sup>*

Indispensável, portanto, o estudo da constitucionalidade formal do projeto, que se extrai da análise do trinômio **competência-iniciativa-procedimento**.

### Competência

Dispõe o art. 30, I e V, da *Lex Legum*:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;*

*IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;*

*V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*

<sup>1</sup> Hely Lopes Meirelles. *Direito Municipal Brasileiro*, 16ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 675

<sup>2</sup> Alexandre de Moraes. *Direito Constitucional*, 23ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 641

*VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;*  
*VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;*  
*VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*  
*IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (NR)*

O projeto em questão atende, no que se vê, ao quesito competência, porquanto atua em questão de interesse local.

### **Procedimento**

O **procedimento** legislativo mostra-se adequado e regular até o presente momento, não havendo qualquer vício a apontar.

### **Iniciativa**

O PL visa a criação de FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA no âmbito do Poder Executivo.

Há flagrante vício de iniciativa e ofensa ao princípio da separação dos poderes no PL em questão, pois apenas ao Chefe do Poder Executivo cabe a iniciativa de projetos de lei que visem criar órgãos no âmbito do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da CF88.

Confira-se:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 7.138, de 20 de junho de 2013, do Município de Guarulhos, que institui o Fundo Municipal de Segurança Pública. Iniciativa Parlamentar. Ingerência na Administração Pública. Vício material e Formal. Desrespeito aos artigos 5º, 24, S 2º, item 2, 47, II e XIV, XIX, a, 174, III c.c. § 4º, item 1, 176, inciso IX e 144 da Constituição Estadual. Reconhecimento de vício de iniciativa e de Separação dos Poderes. Inconstitucionalidade declarada.  
(TJSP – ADI 2001634.36.2019.8.26.000)*

Nesse panorama, diviso como solução inescapável deste processo legislativo a declaração de inconstitucionalidade formal da proposição, pois “se a Câmara, desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais assuntos, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que são, nem por isso se nos afigura que convesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas institucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer que o Legislativo como exerça”.<sup>3</sup>

Forte em tais razões, concluo que há **vício de iniciativa irremediável** no projeto de lei em análise, motivo pelo qual deixo de apreciar as questões relativas a constitucionalidade materiais, legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

## **INSTRUMENTO PARLAMENTAR CABÍVEL**

Conquanto por projeto de lei de iniciativa parlamentar, como visto, seja juridicamente inviável tratar da matéria, é perfeitamente cabível a apresentação de **indicação legislativa parlamentar** visando a criação do órgão.

## **CONCLUSÃO**

Assim analisado, concluo pela **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** por vício de iniciativa da proposição legislativa submetida a análise.

É o parecer, smj..<sup>4</sup>

Nova Andradina - MS, 04/10/2023.

**WALTER A. BERNEGOZZI JUNIOR**  
**ADVOGADO – OAB/MS 7140**

---

<sup>3</sup> Hely Lopes Meirelles . Direito Municipal Brasileiro , 16ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 748

<sup>4</sup> O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada de decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. O parecer não vincula a autoridade competente que tem poder decisório. Sublinha-se, por oportuno, que o agente a quem incumbe opinar não tem poder decisório sobre a matéria que lhe é submetida. (MS 24.073-3 DF – STF).